

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
ANA CAROLINA DA SILVA SOUZA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS

UBERLÂNDIA-MG

2009

ANA CAROLINA DA SILVA SOUZA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

UBERLÂNDIA-MG

2009

SOUZA, Ana Carolina da Silva. 1986

Educação inclusiva para alunos com necessidades educativas especiais

Ana Carolina da Silva Souza – Uberlândia, 2009

48 fl

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia

Palavras - chave: Educação inclusiva, integração, inclusão.

ANA CAROLINA DA SILVA SOUZA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Profa. Ms. Antoniette Camargo de Oliveira

Profa. Ms. Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a inspiração necessária para tornar esse trabalho realizável.

À minha família meus pais Eni e Adival por me darem a vida, e colaborar para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, apesar das dificuldades do dia a dia.

Aos amigos por estarem sempre do meu lado, me agüentando nos momentos de stress. Dentre os amigos destaco e agradeço a Andrielle de Paula por me mostrar o caminho para desenvolver esse trabalho e colaborar com as primeiras fontes, e a amiga de curso e também pessoal Renata Oliveira Galvão pelo desprendimento em ajudar na formatação do trabalho.

Agradeço ao professor Wenceslau Gonçalves Neto, orientador deste trabalho, pelos seus conhecimentos, sua atenção e sua boa vontade.

RESUMO

Esse trabalho monográfico busca analisar os projetos educacionais, no que tange a perspectiva da educação inclusiva. Esse movimento se dá no fim do século XX e início do XXI, onde dissemina as discussões sobre integração e inclusão, as possibilidades de interpretação de ambos os conceitos, e a crítica para os mesmos. No que se refere à formação e exercício da profissão de professores esse trabalho traz as dificuldades desses educadores em lidar com os alunos com necessidades educativas especiais, a necessidade de cursos de formação para a melhoria da qualidade do ensino, e mais a mudança de comportamento não só da escola, mas também da sociedade frente aos indivíduos com necessidades especiais.

Palavras-chaves: Educação inclusiva; escola inclusiva; integração; inclusão; alunos com necessidades educativas especiais; formação de professores.

ABSTRACT

This monographic study seeks to analyze the educational projects, the prospect in terms of inclusive education. This movement occurs at the end of the twentieth century and beginning of XXI, which disseminates the discussions about integration and inclusion, the possibilities of interpretation of both concepts, and critical to them. With regard to training and work of teachers that work brings the difficulties of teachers in dealing with pupils with special educational needs, the need for training courses for improving the quality of education, and more on behavioral change does not only the school but also of society due to individuals with special needs.

Keywords: inclusive education, inclusive school, integration, inclusion, students with special educational needs, training of teachers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
-----------------	----

CAPÍTULO I

Entre os caminhos da integração e inclusão educativa.....	13
---	----

CAPÍTULO II

O ambiente escolar inclusivo: entre as teorias e as práticas.....	24
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
---------------------------	----

BIBLIOGRAFIA.....	45
-------------------	----

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como tema a Educação Inclusiva, e mais especificamente a educação inclusiva para alunos com necessidades educativas especiais. O desafio desse trabalho é de levantar uma discussão bastante delicada, que é a inclusão do indivíduo com necessidade educativa especial, na rede regular de ensino, e o direito destes a uma escolarização que considere primordial as suas diferenças sejam elas étnicas, culturais, gênero, lingüísticas, sociais, dentre outras. E tocar num ponto de muita importância que é o despreparo dos docentes para trabalhar com esse aluno, na verdade não temos embasamento para atuar pedagogicamente com essa realidade, e como consequência os prejuízos educacionais e sócio-emocionais para os alunos são significativos.

A escolha do tema parte da vontade de atender melhor os alunos com necessidades especiais, uma vez que fica nítido que os alunos são alvo de preconceito que leva à exclusão, e uma forma de tentar corrigir isso a meu ver é a educação. Essa proposta se dá sob uma perspectiva de inclusão, ao perceber que lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais a cada dia faz parte do cotidiano dos professores, porém os mesmos não estão preparados para esse desafio. Esse despreparo muitas vezes se dá na formação de professores, mais necessariamente, na formação continuada.

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.¹

Para conduzir esta monografia, procuro observar as propostas de ensino inclusivo, na perspectiva de uma História que se volta para a análise das políticas do presente, para tanto, faz-se necessário compreender os discursos e a real atuação desses projetos no seio dessa sociedade. Essa proposta busca avaliar os aspectos críticos num parâmetro que se atenha sobre a importância da qualificação dos docentes para o trabalho com os indivíduos com

¹ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003 p. 21.

necessidade educativa especial. Para análise detalhada desse tema, busco cruzar diversos tipos de documentos entre eles documentos oficiais, revistas e obras especializadas.

Como desdobramento destas novas abordagens históricas, pode-se salientar que a História deixa de ser unicamente uma disciplina que se atem ao passado longínquo, abrindo a perspectiva de um estudo de temáticas recentes, como a educação inclusiva. Afinal, segundo Marc Bloch

O que é o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino da Memória. (...) Condenada a uma eterna transfiguração, uma pretensa ciência do presente se metamorfosearia, a cada momento de seu ser, em ciência do passado.²

As novas abordagens históricas e a intensificação do uso de documentos iniciada a partir de 1930 com a primeira geração dos *Annales*, possibilitou que os trabalhos atuais, dialogassem diretamente com presente. Pesquisar o passado recente nos implica ter cuidados como em qualquer estudo histórico, atentando para importância de interagir com os documentos, pois segundo Bloch *mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes não falam senão quando sabemos interrogá-los*.³

Assim sendo, pensar a História como uma reflexão do passado recente que atente para as tensões e discursos vivenciados num dado recorte temporal e espacial implica procurar entender interesses em jogo na implementação do ensino inclusivo.

A inclusão escolar é ainda um tema que se encontra em debate no que se refere ao seu ponto de vista teórico, entre os profissionais especializados em Educação Especial, educadores, psicólogos, e outros, sendo discutido no âmbito das práticas escolares. Por se tratar de uma temática em construção, encontrei várias dificuldades principalmente no que tange a bibliografia especializada sobre o assunto.

As pessoas com necessidades educativas especiais enfrentam historicamente grandes dificuldades de inserção educacional. Estas dificuldades são, em grande parte, decorrentes das condições de comunicação. Para se obter uma educação inclusiva é

² BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

³ *Idem e ibidem*, p. 60.

necessário que se desenvolva uma forma de comunicação entre professor-aluno, pois segundo Vygotsky⁴ a linguagem se constitui como o signo fundamental, tendo o poder de representar simbolicamente objetos e eventos. Na ausência de um objeto, ele pode ser representado através da linguagem sem que haja necessidade de tê-lo concretamente ao alcance das mãos. Vygotsky atribui um papel fundamental à linguagem, na constituição das funções mentais superiores, pois mais do que comunicar o pensamento tem a função de organizá-lo e estruturá-lo. A linguagem funciona como elemento mediador que permite a comunicação entre os indivíduos, o estabelecimento de significados compartilhados por determinado grupo cultural, a percepção e interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo circundante.

Portanto, a linguagem, com sua função comunicativa, além de permitir ao homem vivenciar um processo de interlocução com seus semelhantes, permitem ao ser humano abstrair e generalizar a realidade através de atividades mentais complexas e, portanto, formular conceitos.

Assim sendo o uso da linguagem segundo Vygotsky é um importante instrumento para facilitar a comunicação entre professor-aluno, professor-família, e esses com a própria sociedade.

Há a necessidade de socialização dos alunos com necessidades educativas especiais entre os demais alunos, pois a decisão de inserir alunos na escola especial ou no ensino regular vem angustiando as famílias, e algumas vezes quando a família opta pela escola especial, no fundo pais e alunos se sentem excluídos socialmente, e cabe ao educador e à instituição de ensino a diminuir a distancia social entre os indivíduos e não reforçá-la, segregando.

Deste modo, no primeiro capítulo me debrucei sobre os projetos educacionais: *Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem em Jomtien na Tailândia 1990, Declaração de Salamanca na Espanha em 1994, Constituição do Brasil de 1988*, e também sobre os conceitos de inclusão e integração, suas diferenças e semelhanças, construindo uma crítica pessoal sobre os mesmos.

⁴ VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

No segundo capítulo me dediquei em pensar no ambiente escolar, as dificuldades dos professores em lidar com as diferenças dos alunos com necessidades educativas especiais e os cursos de formação continuada, refletindo criticamente sobre esse ambiente e as possibilidades concretas de mudança com as políticas inclusivas. Enfim nas considerações finais, procuro fazer um fechamento me atendo em perceber as dissonâncias entre os discursos políticos sobre inclusão educacional e a real situação do ambiente escolar.

CAPÍTULO I

Entre os caminhos da integração e inclusão educativa

A Educação Inclusiva para alunos com necessidades educativas especiais pode ser entendido por um processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde os indivíduos com necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal, na minha concepção o normal é visto a partir da lógica capitalista da sociedade em que vivemos, os indivíduos tidos como “normais” são os que não têm nenhuma dificuldade de locomoção, aprendizagem, ou seja, não seja portador de nenhuma deficiência.

Ao falarmos de Educação Inclusiva é necessário situarmos a partir de que período ela aparece, sendo assim percebo que desde 1988 com a Constituição da República Federativa já se falava em educação inclusiva no *Artigo 280 O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*⁵. Em março de 1990 foi criado PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM⁶, aprovada em Jomtien na Tailândia, pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos.

A Declaração de Jomtien Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, também conhecida como Conferência de Jomtien. A Declaração fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e mais justa. De acordo com a Declaração de Jomtien, também chamada

⁵ BRASIL, República Federativa do. **Constituição de 1988**. Brasília, 1988

⁶ **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia 1990. Disponível em: http://www.geledes.org.br/attachments/545_declaracaojomtien_tailandia.pdf. Acessado em: 29 de novembro de 2008.

Declaração Mundial de Educação para Todos, seu objetivo é “satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos... e o esforço de longo prazo para a consecução deste objetivo pode ser sustentado de forma mais eficaz, uma vez estabelecidos objetivos intermediários e medidos os progressos realizados.” Dessa forma, os países participantes foram incentivados a elaborar Planos Decenais, em que as diretrizes e metas do Plano de Ação da Conferência fossem contempladas. No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o Plano Decenal de Educação Para Todos para o período de 1993 a 2003, elaborado em cumprimento às resoluções da Conferência.

A Declaração de Jomtien é considerada um dos principais documentos mundiais sobre educação, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração de Salamanca de 1994. De acordo com a Declaração: “Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo”.⁷

Em 1994 foi estabelecida outra declaração cujo nome foi dado de Declaração de Salamanca, por ter sido elaborada na cidade de Salamanca na Espanha, seu objetivo foi fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Essa declaração é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da *Convenção de Direitos da Criança* em 1988 e da *Declaração sobre Educação para Todos* de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos. A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto,

⁷ MENEZES, Ebenezzer Takuno de e SANTOS, Thais Helena dos. "Declaração de Jomtien" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=111>. Acessado: 22 de novembro de 2008.

ela proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de 'educação para todos' firmada em 1990 (...) promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem.⁸

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais. Assim, a idéia de "necessidades educacionais especiais" passou a incluir, além das crianças com deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, sejam por qual motivo for.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação, onde todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva.

Em 1999 na Guatemala tem a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que se destaca também como um marco no avanço da inclusão educacional, e tem o Brasil como signatário. Essa convenção é importante, pois explicita a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência e descreve no art.1º, nº 2-a como discriminação sendo:

(...) toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por

⁸**Declaração de Salamanca.** Disponível: <http://www.dgidec.min-edu.pt/inovbasic/proj/inclusivas/declaracao-salamanca.doc>. Acessado: 29 de novembro de 2008.

parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.⁹

Para compreensão do processo educativo no Brasil, nos impõe a necessidade de um resgate histórico percebendo as políticas públicas de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais do ensino regular, e os vínculos deste com a complexa lógica do neoliberalismo. É preciso situar a questão da inclusão, no viés social, político e cultural.

Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.¹⁰

O Brasil entre o fim do século XX e início do século XXI passou por uma série de influências na área da educação, de acordo com o texto do autor José Marcelino de Rezende Pinto

Constata-se que, no período, aproveitando-se da hegemonia obtida no Congresso pela coalizão de centro-direita por ele articulada, foram aprovadas várias leis com forte impacto no financiamento da educação, tais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e o Plano Nacional de Educação. Entende-se que a diretriz mestra adotada por este governo para o setor foi a de que os recursos já existentes são suficientes, cabendo apenas otimizar a sua utilização.¹¹

⁹ **Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.** Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/o.Convencao.Personas.Portadoras.de.Deficiencia.htm>. Acessado: 29 de outubro de 2009.

¹⁰ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. p. 18.

¹¹ PINTO, Jose Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002).** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12927.pdf>. Acessado em 19 de outubro de 2008. p.108

Através destes programas acima citados, de acordo com o autor supracitado o governo do Fernando Henrique Cardoso foi considerado o mais participativo na questão da educação, com um gasto de *4% do PIB com ensino e 8% do PIB com juros e encargos da dívida pública*.¹² Assim este governo tinha como ministro da educação o economista e ex-reitor da UNICAMP Paulo Renato Souza. Porém não podemos nos esquecer que essa influência se inicia no fim do governo de Itamar Franco,

(...) foi realizada em Brasília, de 10 a 14 de maio de 1993, a “Semana Nacional de Educação para Todos” com intensa participação de órgãos governamentais das três esferas de governo, assim como de entidades da sociedade civil. Desse evento resultou o “Compromisso Nacional de Educação para Todos” com o objetivo de orientar a elaboração do “Plano Decenal de Educação para Todos”. Esse compromisso foi assinado, entre outros, pelo então ministro da Educação, Murílio Hingel, pelo presidente do CONSED (Conselho de Secretários Estaduais de Educação), Walfrido Mares Guia, pela presidente da UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação), Olindina Monteiro, e pelo representante da UNESCO no Brasil, Miguel Angel Enriquez.¹³

Em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), essa lei traz um capítulo específico sobre educação especial, onde a nova LDB 9.394/96 em seu capítulo V coloca que a educação dos indivíduos com necessidades especiais deve se dar de preferência na rede regular de ensino, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e integração dessas pessoas.

Quando pensamos na educação inclusiva, na necessidade de historicizá-la no contexto neoliberal, é importante refletir nos conceitos educacionais dentro do sistema capitalista. Segundo a autora Vera Maria Vidal Peroni, ao estudar as políticas nacionais de educação pública,

No período pós-guerra, o Estado capitalista assumiu novas obrigações, pois a produção em massa (fordismo) requeria investimentos em capital fixo e condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa. O Estado tinha o papel de controlar os ciclos econômicos combinando políticas fiscais e monetárias. As políticas eram direcionadas para o

¹² *Idem e ibidem*

¹³ *Idem e ibidem* p.110

investimento público, principalmente para os setores vinculados ao crescimento da produção e o consumo de massa, que tinham também o objetivo de garantir o pleno emprego.¹⁴

O sistema de ensino atual traz consigo a responsabilidade de formar profissionais capacitados para exercer vários tipos de funções dentro do mercado, ou seja, o sistema educacional é “fruto” da lógica capitalista da sociedade em que vivemos, desde as primeiras séries até o curso superior, onde os “mais capacitados” tem as melhores oportunidades. De forma que os tidos como capacitados, são os chamados “normais” que não têm nenhuma dificuldade de locomoção, aprendizagem, ou seja, não seja portador de nenhuma deficiência, afim de que não altere o andamento do sistema capitalista.

A questão da participação de todos nas oportunidades educativas, contempla ao portador de necessidades educativas especiais a presença na sala de aula juntamente com alunos ditos normais, pois as ações desenvolvidas na escola devem possibilitar seu acesso ao mundo do saber, contextualizando com o momento histórico vivenciado. As desigualdades sociais e a exclusão marcam o período histórico vivenciado no capitalismo do século XX, em que o homem é reduzido a coisa, merecendo estar presente no processo produtivo desde que esteja em perfeitas condições físicas e psicológicas.¹⁵

A necessidade de mudança desse atual sistema de ensino faz com que se crie o novo paradigma de inclusão educacional para indivíduos com necessidades educativas especiais. A inclusão implica então a mudança desse atual paradigma educacional.

A meu ver o atual sistema de ensino segrega, discrimina os alunos com algum tipo de deficiência, fazendo-se assim a diferenciação entre classe regular e classe especial. Além do preconceito ainda se cria um distanciamento social, pois os alunos “normais”, muitas vezes criam uma repulsa com os demais, por não conseguirem lidar com as diferenças dos alunos com necessidades especiais desse sistema escolar. Esse preconceito e discriminação,

¹⁴ PERONI, Vera Maria Vidal. **O Estado Brasileiro e a política educacional dos anos 90**. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0508T.PDF> Acessado em: 19 de outubro de 2008.

¹⁵ MENDES, Aracy S; SILVA, Silvana C.A. **Integração e Inclusão: Do que estamos falando?** Unama:2001 Belém-PA, p. 7. Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/INTEGRACAO_INCLUSAO.pdf. Acessado em: 02 de abril de 2009.

não ocorre apenas dentro dos muros da escola, ele se esboça também fora dela, mas há formas de se mudar essa estrutura, basta que a própria escola seja a principal mediadora entre o social e o educacional.

Para Mantoan,

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.¹⁶

A busca por uma educação para todos faz com que haja a necessidade de mudança do paradigma atual, ou seja, um novo paradigma de inclusão para todos, onde a sociedade assuma e crie condições para novas oportunidades de convivência e também de empregos para todos. Essa inclusão traz dois termos que merecem destaque, pois podem parecer semelhantes, mas tem significados diferentes, esses termos são o da integração e inclusão.

Por integração podemos entender,

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (...) A integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos de educação especial às escolas regulares.¹⁷

A integração pode vir a ser um processo apenas de inserção dos alunos com necessidades educativas especiais nas salas de aula do ensino regular, onde muitas vezes

¹⁶ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Op. cit.* 19.

¹⁷ *Idem e ibidem.* p. 22-23

não há suporte necessário para o aprendizado em sua totalidade, e mais acaba por segregar, e deixar mais nítida a diferença entre os alunos “normais” e os alunos com algum tipo de deficiência. Assim sendo a educação dos alunos com necessidades educativas especiais (NEES) é tida como uma prática de normalização e de controle social, onde as diferenças são ofuscadas por um conjunto de significados que entendem as políticas de diferenças culturais como pluralidades e diversidades. Sendo definida como:

Os alunos deficientes, sempre que suas condições pessoais permitirem, serão incorporados a classes comuns de escolas do ensino regular quando o professor de classe dispuser de orientação e materiais adequados que lhe possibilitem oferecer tratamento especial a esses deficientes.¹⁸

Na integração caberia à escola "abrir as portas" aos alunos com deficiência, oferecendo situações individualizadas de aprendizagem (sala especial, sala de recursos), cabendo ao aluno adaptar-se à estrutura existente, ou seja, *a integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”*¹⁹

Segundo Sasaki:

A integração escolar é o processo tradicional de adequação do aluno às estruturas: física, administrativa, curricular, pedagógica e política da escola. A integração trabalha com o pressuposto de que o aluno precisa ser capaz de aprender no nível pré-estabelecido pelo sistema de ensino. No caso de alunos com deficiência mental, auditiva, visual, física ou múltipla, a escola condiciona a sua aceitação a uma certa prontidão que somente as escolas especiais e em alguns casos as classes especiais poderiam conseguir. E mesmo aceitos sob esta condição estes alunos ficam sujeitos a serem devolvidos às classes ou escolas especiais se mais tarde vierem a apresentar dificuldades de aprendizagem e/ou relacionamento.²⁰

¹⁸ BRASIL.MEC.CENESP, 1974, p. 20. *Apud in*: BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores**: generalistas ou especialistas? Disponível em: http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educacao_Especial_Inclusiva/Fundamentos_da_Educacao_Especial/Texto%20Jos%E9%20%20Geraldo%20Bueno.rtf. Acessado em: 27 de outubro de 2008

¹⁹. *Idem e ibidem* p. 23

²⁰ SASSAKI, Romeu Kazumi. **A educação inclusiva no Estado de Goiás**: relato de uma experiência. In. Revista Série Coordinators' Notebook. Vol. 1: A infância em debate perspectivas contemporâneas. UNESCO, 2003.p 34

Mazzotta²¹ afirma que este movimento já vem sendo entendido como algo ultrapassado, falando-se hoje em inclusão. Chama a atenção para a imprecisão conceitual que envolve a utilização do termo integração e inclusão, que ora são empregados com o mesmo significado, ora dispostos em contraste, ou ainda propondo a superação da integração pela inclusão.

A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na "corrente principal". O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.²²

Assim inclusão está pautada nas diretrizes em que a prioridade é reconhecer as diferenças expressadas pelos diversos seguimentos sociais. Portanto, as

(...) crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos marginalizados.²³

²¹ MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira**. Movimento: revista de educação da universidade federal fluminense. Educação especial e inclusiva. nº.7 (Maio 2003) p.11-18. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/identidade>. Acesso em: 02 de abril de 2009.

²² MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos**. Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html#intgr>. Acessado em 07 de janeiro de 2009.

²³ CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, p. 4. *Apud in*: BUENO, José Geraldo Silveira. op. cit.

Logo, o movimento de inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular está apoiado nesses dois paradigmas diferentes: *Integração ou Inclusão* é possível perceber isso nas divergências de concepção entre autores que discutem o tema, na visão de Mrech por Educação Inclusiva se entende o processo de inclusão dos indivíduos com necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde os indivíduos com necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração desses indivíduos com deficiência na comunidade.²⁴

A abordagem do tema Educação Inclusiva está longe de ser entendida na sua totalidade, até mesmo porque se trata de uma nova abordagem dentro e fora da academia. Mantoan ainda nos diz que

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular.²⁵

Tendo em vista a diferença marcante entre integração e inclusão, em que na primeira a criança deveria se adaptar a escola e a segunda o foco é justamente o contrário, a escola é que deve se adaptar a criança. A partir da concepção integralista fica implícita uma visão de que a escola vem dando conta dos seus fins educativos, pelo menos no que tange aos alunos considerados socialmente “normais”. Essa perspectiva completamente acritica, desconsidera a real situação do ambiente escolar.

Sendo assim aos nos depararmos com a realidade do ensino atual,

“A situação das classes nas escolas regulares, em geral, é bastante sem graça, sem atrativos. Com poucas exceções, as classes possuem paredes limpas, sem trabalhos dos alunos à mostra, os móveis são de qualidade pobre, com filas de carteiras individuais alinhadas e voltadas para o quadro. As lições parecem consistir de cópias de textos do quadro e há pouca evidência de um envolvimento construtivo entre professores e suas

²⁴ MRECH, L. M. **O que é Educação Inclusiva?** Revista Integração do MEC, Brasília, v. 20, 1998, p. 37

²⁵ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Op cit. p. 35.

turmas. Minhas impressões eram de que os professores possuíam somente uma abordagem para ensinar e que as aulas não têm propósito, direção ou forma. Nas escolas secundárias muitos estudantes foram observados conversando enquanto ignoravam seus professores nas classes. Eu também conversei com alguns estudantes que se sentiam desmotivados com as faltas freqüentes de seus professores.”²⁶

Deste modo com todas as dificuldades encontradas atualmente na educação, supracitadas pelo autor Ferreira, fica complicado pensar na sistematização de um processo realmente inclusivo. Haja vista que, o conceito de inclusão está ligado à noção de adaptar o ambiente escolar as diferenças dos vários seguimentos sociais marginalizados, logo, é preciso que essas discussões partam eminentemente deste espaço. A meu ver esses discursos e medidas de políticas públicas nem de longe se adequam à realidade do ensino brasileiro. É obvio que há necessidade indiscutível de um processo de inclusão para indivíduos com necessidades educativas especiais, mas para tanto é fundamental que esta questão seja debatida no ambiente escolar, e não apenas no meio academicista.

Não há personagens que mais conheçam essas realidades do que os próprios professores, não se pode realizar mudanças que alteram completamente a dinâmica escolar sem dar voz a um dos protagonistas desse cenário. Afinal, são eles que estão convivendo cotidianamente com essas diferenças e diversidades do publico escolar. Deste modo, é fundamental que essas discussões sejam trazidas para o âmbito das reuniões das comunidades escolares, mas não apenas como decisões já pré-estabelecidas vindas de cima (dos parâmetros governamentais), mas devem ser discutidas e pensadas nas diversas especificidades das escolas.

²⁶ FERREIRA, Windyz.B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos??? In: **Inclusão: Revista da Educação Especial**. V.1, n.1.Brasilia: Secretaria de Educação Especial, 2005 p.46 (grifos do autor)

CAPÍTULO II

O ambiente escolar inclusivo: entre as teorias e as práticas

Nas últimas décadas do século XX o sistema educacional passou por diversas transformações que afetaram tanto a escola, como também seus educadores e alunos. Essas transformações de acordo com Fonseca²⁷ iniciam-se no Brasil pós-1964 onde o Estado passa a estipular metas para o setor de educação, metas em que beneficiaria os setores políticos dominantes, sempre pensando na segurança nacional e desenvolvimento econômico. Nessa época também houve a diminuição do financiamento de ensino para o médio e superior, essa medida foi concretizada na Constituição de 1967, isto resultou no aumento de matrículas na rede privada. Essa realidade começa a ser transformada com as pressões dos movimentos organizados pelos trabalhadores de educação, sendo sancionada na Constituição Federal de 1988.

Segundo a autora acima citada em 1968 ocorre a reforma universitária que aparece no cenário brasileiro como instrumento de desenvolvimento e processo social, mas que por outro lado seu objetivo era de desmobilizar os movimentos estudantis, a autonomia universidade e as críticas das instituições de ensino superior.

(...) controle ideológico e administrativo dos professores e o modelo administrativo empresarial implantado nas faculdades representam o “ajustamento” da universidade brasileira à ordem política e econômica que se impunha, aprofundando linhas já existentes (lei 5540/68) ²⁸

A formação ou o papel do profissional da educação é assinalado como um dos elementos mais importantes na reflexão sobre um projeto educacional, a esse respeito Fonseca diz que:

Para uma realização de um processo educacional, um dos elementos mais importantes do processo é o professor. Este domina um conjunto de saberes, e a educação realiza-se por meio de seu trabalho de planejamento e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem,

²⁷ FONSECA. Selva G. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas/SP: Papirus: 2003

²⁸ *Idem e ibidem*. p. 17

sendo investido de autoridade acadêmica e institucional. Evidentemente, os princípios de segurança nacional e desenvolvimento econômico norteadores da política educacional da ditadura militar chocam-se com o princípio de autonomia do professor, e o Estado passa a investir deliberadamente no processo de desqualificação/requalificação dos profissionais da educação. (...) a perda do controle do processo de ensino e a subordinação dos professores aos supervisores e orientadores pedagógicos, a massificação e a imposição do material didático (...) ²⁹

Em 1969 o governo autoriza o funcionamento de cursos superiores de curta duração para, segundo Fonseca, “atender as carências do mercado”, sobretudo para a formação dos profissionais em educação. O ensino passa a ser então considerado mercadoria.

Segundo Silva ³⁰,

A educação deixa de ser definida como um espaço público de discussão, como uma instituição pertencente à esfera política, e passa a ser redefinida como um bem de consumo, no qual estudantes e pais figuram como consumidores individuais e isolados em busca de seus supostos direitos dos consumidores. ³¹

Com todas essas transformações a educação brasileira vem sofrendo muitas mudanças, sendo possível diagnosticá-la a partir de índices alarmantes de fracasso e evasão escolar. Isso porque as mudanças provocam influência também nos alunos, onde os mesmos são discriminados pelo insucesso, onde na sua maioria a causa disso são as condições em que vivem, o ambiente familiar, social e pouco caso dos professores em lidar com as diferenças, seja físicas, psíquicas, étnicas, raciais, lingüísticas.

A constituição dessas diferenças e identidades sociais se intensifica a partir da década de 1960, onde grupos sociais que antes eram marginalizados, silenciados, agora começam a ganhar voz, e essas vozes passam a incomodar o então centro que é constituído,

²⁹ *Idem e ibidem*. p. 19

³⁰ SILVA. Tomaz Tadeu (org). **O sujeito da educação**. Estudos foucaultianos. 5ª Ed Petrópolis/RJ: Vozes, 1994

³¹ *Idem* p. 255

segundo a autora Louro³², do homem branco ocidental, heterossexual e de classe média e eu diria mais, do homem dotado da normalidade - assim como foi dito no capítulo anterior - dos capacitados, são os chamados “normais” que não têm nenhuma dificuldade de locomoção, aprendizagem, ou seja, não seja portador de nenhuma deficiência, afim de que não altere o andamento do sistema capitalista.

A escola por sua vez tem obrigação de nortear suas ações por um padrão, ou seja, por um padrão pré-concebido por uma sociedade tradicionalista, noções de universalidade, unidade e estabilidade geralmente ficam associadas ao conceito de centro, tudo que não se adequar a esse conceito é tido como instável. Nas escolas tudo que foge do padrão é considerado exótico, e são excluídas dos currículos.

A questão da diferença começa a ser vista como uma atribuição a partir de determinado lugar, e entender e procurar refletir sobre as relações entre os sujeitos e grupos é também analisar seus conflitos, disputas de poder, sendo que, esses embates são discutidos e expostos não apenas nas escolas, mas também na mídia, cinema, artes, e demais meios de comunicação. Louro fala sobre a tolerância e o respeito à diferença, nessa perspectiva ela se assemelha a autora Mantoan quando afirma que

A tolerância como um sentimento aparentemente generoso, pode marcar uma certa superioridade de quem tolera. O respeito, como conceito, implica um certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las.³³

Louro nos mostra que é preciso estar atento à neutralidade dos discursos, uma vez que o discurso de uma possível classe dominante no sentido de quem está oficialmente no centro, pode acabar afetando os campos de disputas e a possibilidade de questionamentos dos discursos oficiais com relação às diferenças dos sujeitos marginalizados. E que essas posições – quem está no centro e quem está marginalizado – são móveis, e instáveis, podendo facilmente ser mutável. Para os educadores a afirmação desses grupos é

³² LOURO. Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade:** refletindo sobre o “normal” o “diferente” e o “excêntrico”. In: Labrys estudos feministas. N. 1-2, jul/dez/2002. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/guacira1.html. Acessado em: 02 de maio de 2009.

³³ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Op cit.* p. 30

perturbadora, pois questiona os moldes então oficiais trazendo a tona uma problemática de aceitação por parte dos educadores, e como afirma Louro

(...) nós — que usualmente nos consideramos tão "normais" — também usamos uma série de códigos, gestos, recursos para dizer quem somos, para nos apresentarmos e representarmos como mulheres e homens diante da sociedade.³⁴

Com todas essas mudanças acima citadas a escola brasileira começa a ser marcada pelo fracasso e evasão por muitos alunos que são marginalizados pelo seu insucesso, acabando por ser excluído da vida escolar e social. Esse insucesso muitas vezes não é entendido pelos professores, que acabam o atribuindo aos alunos, pois a escola insiste em não admitir como seu. Dessa maneira para acabar com essa exclusão onde atribui aos alunos as deficiências que são próprias do ensino ministrado por elas é necessário que se tenha uma inclusão total e irrestrita. Pois para as escolas é fácil receber alunos “normais”, e se torna mais fácil ainda, encaminhar para escolas especiais alunos com deficiência.

Para os educadores é difícil lidar com a questão da diferença e da identidade, mas elas devem, segundo Mantoan, serem inseridas na dinâmica escolar, pois o convívio com as diferenças propõe para a sala de aula uma aprendizagem relacional, onde todos participem, contemplando a subjetividade de cada um mesmo que construída no coletivo da sala.

Se antes tínhamos uma escola tradicional, a proposta nesse momento é que a escola trabalhe com a subjetividade, com a pluralidade, como Mantoan afirma:

(...) a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.³⁵

³⁴ LOURO. Guacira Lopes. *Op cit.* p.

³⁵ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Op cit.* p. 32

Dessa forma com o reconhecimento da diferença começa-se a desconstruir o sistema atual, onde passamos a reconhecer a pluralidade cultural, social e conseqüentemente passa-se a ter uma nova ética escolar.

Ainda que percebamos desconstrução do sistema atual, ainda presenciamos casos de preconceitos e discriminação em nossas escolas, Mantoan diz que os alunos que estão nas salas especiais hoje são os que não acompanham seus colegas de sala, aqueles também tidos como indisciplinados, os que vivem na pobreza, e com diferenças raciais, e acabam preenchendo o leque dos alunos considerados com necessidades educativas especiais (NEE), a autora afirma que:

A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.³⁶

Para uma escola ser inclusiva efetivamente, não basta que seja um ensino para todos os alunos, é necessário que se tenha uma estrutura física apropriada para receber às diferenças dos alunos, terem recursos de ensino e equipamentos que atendam a necessidade de todos sem distinção, exclusão e discriminação. Quanto aos professores, os mesmos devem ter cursos de capacitação, e os novos professores devem ter os currículos modificados para aprenderem práticas de ensino que lidam com a diferença. Os acessos ao saber e a todas as séries devem ser garantidos a todos, e os critérios de avaliação devem obedecer aos critérios de igualdade de direito ao acesso e permanência nas escolas segundo a capacidade de cada um, onde serviços de intérpretes de língua de sinais, braile e demais recursos especiais de ensino, não devem substituir a função do professor responsável pela sala de aula do ensino regular.³⁷

Com o proposto acima, percebe-se a necessidade de desprendimento por parte dos professores, equipe pedagógica, para aceitar e desenvolver a educação inclusiva, porém não

³⁶ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Idem e ibidem*, p. 38

³⁷ *Idem e ibidem* p. 43-44

basta ser apenas na teoria, a inclusão tem que ocorrer na prática também, mas muitas vezes isso não é possível, segundo Mantoan,

Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, até mesmo no discurso pedagógico, reduzindo-a a um grupo de alunos (no caso, as pessoas com deficiência), e continuamos a excluir tantos outros alunos e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem “acompanhar” as suas turmas escolares!

Logo, tratamos de encontrar meios para facilitar a introdução de uma inovação, fazendo o mesmo que se fazia antes, mas sob uma outra designação ou em um local diferente, como é o caso de se incluir crianças nas salas de aula comuns, mas com todo o *staff* do ensino especial por detrás, para que não seja necessário rever as práticas excludentes do ensino regular. Válvulas de escape, como o reforço paralelo, o reforço continuado, os currículos adaptados etc., continuam sendo modos de discriminar alunos que não damos conta de ensinar e de nos escondermos de nossas próprias incompetências.³⁸

O nível de escolaridade que sofre mais dificuldade para inclusão é o ensino fundamental, pois o mesmo é organizado por um currículo onde os conteúdos são selecionados pela equipe pedagógica e pré-estabelecida pelos livros didáticos, ou seja, a estrutura do saber já vem pronta para os professores. A divisão do currículo em disciplinas faz com que ocorra a fragmentação e especialização do saber, com isso ocorre também à hierarquização do saber, pois o tempo para se aprender é o que é imposto pelos currículos através das seriações escolares, o que é transmitido para o aluno, são verdades prontas, absolutas, causando assim dificuldades para aqueles que tentam transformá-la. Essa organização escolar trás transtornos quando pensada dentro de uma lógica de inclusão, pois é importante ensinar todas as crianças, independentemente das suas dificuldades.

As escolas tradicionais são muitas vezes resistentes à inclusão, pois não conseguem lidar com as diversidades, e diferenças existentes nos alunos, todas as pessoas ao participar de diferentes grupos sociais estão carregadas de uma “bagagem” pessoal imbuída de valores, conhecimentos, sendo assim, o aluno para mim não chega à escola como uma

³⁸ *Idem e ibidem.* p. 46-47

“caixa vazia”, a esse respeito as teorias construtivistas³⁹ é que dão a base teórica que considera o aluno como um indivíduo imbuído de conhecimentos, e nega a velha idéia tradicionalista de ensino em que os alunos sejam apenas uma folha em branco, sem opinião.

Para mim os alunos são portadores de desejos, vontades, sentimentos e costumes, que influenciam diretamente na sua forma de absorção de conhecimento, independentemente se ele aluno é “normal” ou com algum tipo de deficiência. A escola tradicional necessita de um aluno abstrato, pois essa abstração faz com que haja a segregação, aumentando assim a injustiça, reforçando a necessidade de criação de programas de ensino separados, para que alguns alunos possam aprender.⁴⁰

Mas essa realidade tem sido mudada, Mantoan afirma que,

(...) como não há mal que sempre dure, o desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a dicotomização do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e os especialistas, o poder das avaliações e da visão clínica do ensino e da aprendizagem. E como não há bem que sempre “ature”, está sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos aqueles que colocam exclusivamente nos ombros dos alunos a incapacidade de aprender.⁴¹

Sabemos que esse novo paradigma de inclusão é possível, pois as ferramentas para se fazer uma educação para todos está disponível, é necessário desconstruir o modelo tradicional, seus pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta. Mas para que isso se efetive tem que haver boa vontade por parte dos professores, e apoio das equipes pedagógicas e do poder público, não se pode esquecer também da contribuição dos pais, pois os mesmos têm a função de cobrar das escolas e professores uma educação de qualidade para seus filhos, independente se eles possuem deficiência ou não, essas reivindicações por parte dos pais serve de estímulo para que escola, professores e equipes pedagógicas mudem o sistema educacional isento de discriminação, exclusão educacional e sociocultural. A esse respeito Mantoan contribui dizendo que

³⁹ FERREIRO, Emília. & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

⁴⁰ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Op. cit.* 51

⁴¹ *Idem e ibidem*. p. 51

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente.

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos que pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.⁴²

Fica claro a meu ver que a inclusão não acontece quando a inserção do aluno está condicionada à matrícula segregada, ou seja, em uma escola ou classe especial. Apesar da inclusão ser possível conforme foi dito anteriormente, ela ainda caminha lentamente para sua efetivação, pois se percebe ainda um desinteresse por parte das políticas públicas de educação, acomodação dos professores, dentre outros.

Para uma escola ser inclusiva, reforço a necessidade da mesma trabalhar em uma perspectiva democrática da educação para todos sem distinção de cor, raça, etnia, e/ou deficiência de todas as formas, é necessário que a mesma modernize e reestruture suas condições para lidar com a diferença, e com as inovações que a inclusão propõe, e mais, que assuma parte da responsabilidade das dificuldades dos alunos, pois é certo que essas dificuldades advém também de como o ensino é transmitido, e de como são avaliados tanto os alunos quanto os professores.

Mantoan propõe uma mudança na escola, e mais especificamente no ensino ministrados na mesma, para efetivação dessa mudança a autora nos coloca diante de frentes de trabalho, e elabora algumas tarefas fundamentais:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores,

⁴² *Idem e ibidem* p. 53

funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.

- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não agrega e que reprova a repetência.
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.⁴³

Quando se refere em recriar um modelo educativo, isso quer dizer que a inclusão não pode ser encaixada no paradigma da educação tradicional. Deve-se superar o paradigma de uma educação que ao invés de educar a todos sem discriminação, ao contrário cria subterfúgios para mascarar a exclusão fazendo assim, adaptações de currículos, facilitação de atividades, programas de aceleração em caso de defasagem idade/série escolar. Essa superação também parte do pressuposto do que entendo como qualidade de ensino, ou seja, o que e como eu ensino aos alunos para torná-los melhores enquanto sujeitos de uma sociedade, e mais, sujeitos ativos, na transformação de uma sociedade melhor.

Diante da minha experiência enquanto aluna desde as primeiras séries até o ensino superior percebo que a escola atual trás consigo uma educação sistêmica, pautada na supervalorização do conteúdo acadêmico, sua metodologia de ensino se baseia na repetição, memorização, onde o que é possível perceber que essas escolas estão sempre preparando seus alunos para o futuro, desde as próximas séries até para exames de vestibulares. Por outro lado as escolas inclusivas se diferenciam por conseguir aproximar seus alunos entre eles mesmos, e buscam interagir as disciplinas teóricas com o que acontecem na realidade, ou seja, teoria e prática juntas, e mantêm o diálogo entre escola, família e comunidade, para melhor atender os alunos.

Mantoan resume isso quando afirma que

Em suma: as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário,

⁴³ *Idem e ibidem.* 59-60

participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas salas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos tem a possibilidade de aprender, freqüentando uma mesma e única turma.⁴⁴

Outra frente de trabalho é reorganizar as escolas de forma que o projeto pedagógico parta de uma perspectiva onde o estudo das disciplinas se dê a partir das experiências e vivências dos alunos. Essas experiências e vivências são mutáveis sendo assim variam de cada aluno, então para um melhor projeto pedagógico é justo e adequado praticar a formação por ciclo de formação:

Os ciclos de formação provocam mudanças na avaliação do desempenho escolar dos alunos, pois concedem a estes mais tempo para aprender, eliminando a seriação e articulando o processo de aprendizagem com o ritmo e as condições de desenvolvimento dos aprendizes.⁴⁵

Ao que se refere ao aluno com necessidades educativas especiais não pode haver diferenciação de ensino, dessa forma os alunos devem aprender dentro das suas limitações, onde se o professor exercer um ensino de qualidade conseguirá lidar com as diferenças e poderá explorar as possibilidades de aprendizagem de cada aluno, sem discriminar e excluir os alunos. Assim é difícil prever a extensão e profundidade dos conteúdos, pois é impossível saber antecipadamente as dificuldades e facilidades de cada aluno, até mesmo porque são eles que regulam e se adaptam ao novo conhecimento. O trabalho em grupo também é estimulador, pois exercita a capacidade de decisão dos alunos, dividem-se as responsabilidades, fazendo assim o reconhecimento da diversidade entre os alunos, e estimulando o trabalho de cada um em função de um todo pautado nas diferenças e contribuição de cada aluno.

Outra organização deve acontecer também na gestão administrativa, descentralizando-a para que se tenha uma autonomia pedagógica, onde haja participação

⁴⁴ *Idem e ibidem* 63-64

⁴⁵ *Idem e ibidem*. 66

efetiva dos conselhos, colegiadas e assembléias de pais e de alunos para que se tenha autonomia não só pedagógica, mas também financeira e administrativa dos recursos humanos e materiais, exterminando assim o caráter dominador, fiscalizador e burocrático da administração escolar.

Uma terceira frente de trabalho diz respeito a ensinar a toda turma, não podendo haver exceções e exclusões. Como eu já havia dito anteriormente todos os alunos já vêm previamente imbuídos de valores, culturas e conhecimentos, assim, todos têm a capacidade de aprender, desde que sejam respeitados o tempo e as dificuldades que lhe são próprios. Para obter sucesso na aprendizagem é necessário explorar os talentos de cada aluno, porém sempre respeitando, ou melhor, reconhecendo as dificuldades e limitações dos alunos sem que isso influencie para que restrinja o processo de ensino. A esse respeito Mantoan diz que

(...) ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber.⁴⁶

Sabemos que na educação inclusiva quem dita o ritmo de ensino é o próprio aluno, essa perspectiva é fundamental para que se possa ensinar a turma toda. Temos que prestar atenção também para não fazermos uma educação compensatória, ou seja, tentar igualar os alunos fazendo atividades diferenciadas, reforço escolar, e dentro outras atividades que acabam por segregar os alunos, pois demonstra uma possível superioridade de alguns com relação ao déficit de outros, superioridade inclusive dos professores que muitas vezes é tido como o principal, e por vezes o único capaz de explicar e transmitir o conhecimento que o aluno deve aprender. Essa concepção da educação inclusiva me leva a pensar na Pedagogia Libertária, pois

A educação é concebida como parte do processo revolucionário, isto é, os anarquistas não imaginam que apenas através do ato educativo a Revolução tornar-se-á realidade, mas vêem a educação como

⁴⁶ *Idem e ibidem*. p. 70-71

fundamental. Trata-se, na concepção libertária, de romper o círculo vicioso entre a miséria, a ignorância e o preconceito, e, de formar seres humanos autônomos, críticos, solidários e amantes da liberdade. Os libertários questionam todas as relações de opressão, expressão das relações de dominação que envolvem todas as esferas sociais: família, escola, trabalho, religião etc.

O pensamento pedagógico libertário é crítico às relações de poder presentes no processo educativo e às estruturas que proporcionam as condições para que estas relações se reproduzam. Um dos seus princípios centrais é a rejeição de toda e qualquer forma de autoritarismo. Neste aspecto, a pedagogia libertária oscila entre a não-diretividade e a aceitação de processos educacionais diretivos, isto é, em que se manifeste formas de autoridade não-autoritárias.⁴⁷

Quanto aos critérios de avaliação Mantoan nos fala que

Suprimir o caráter classificatório de notas e de provas e substituí-lo por uma visão diagnóstica da avaliação escolar é indispensável quando se ensina a turma toda. Para ser coerente com essa novidade, o professor priorizará a avaliação do desenvolvimento das competências dos alunos diante de situações-problema em detrimento da memorização de informações e da reprodução de conhecimentos sem compreensão, cujo objetivo é apenas tirar boas notas e ser promovido. O tempo de construção de uma competência varia de aluno para aluno e sua evolução é percebida por meio da mobilização e da aplicação do que o aluno aprendeu ou já sabia para chegar às soluções pretendidas.

A avaliação é também um instrumento de aperfeiçoamento e de depuração do ensino e quando a tornamos mais adequada e eficiente, diminuiremos substancialmente o número de alunos excluídos das escolas.⁴⁸

Algumas práticas utilizadas nas escolas são abominadas no que se refere ensinar a turma toda, pois acaba por excluir e segregar alguns alunos, exemplos dessas práticas podemos perceber quando os professores propõem trabalhos em grupo onde não passa de trabalhos individuais feitos ao mesmo tempo por todos, ou então exercícios onde as perguntas e respostas têm que ser a mesma, e também o fato de considerar a prova final como forma de avaliar os alunos. Percebo então que a partir dessas práticas há um

⁴⁷ SILVA, Antônio Ozaí da. **Pedagogia Libertária**. In. Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/042/42pc_critica.htm. Acessado: 29 de maio de 2009.

⁴⁸ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Op. cit.* p. 73

alastramento da exclusão, não apenas para os que apresentam algum tipo de deficiência, mas para todos os alunos. Além do mais, ainda *o ensino seletivo é ideal para gerar indisciplina, competição, discriminação e preconceitos e também para categorizar os bons e os maus alunos, por critérios que são, em geral infundados.*⁴⁹ A seriação também exclui, uma vez que, determinamos níveis de ensino para determinados alunos. Diante do exposto fica claro para mim que essas práticas e diferenciações acabam por aumentar e disseminar as desigualdades, e conseqüentemente justificar que o fracasso escolar é problema do aluno.

A busca por uma educação inclusiva como já falei anteriormente traz fortes influências para os profissionais da educação,

A escola que se pretende inclusiva constitui-se como espaço que beneficia a formação do ser humano e o respeito aos seus direitos fundamentais.

Dessa forma, debates em torno desse assunto envolvem uma série de variáveis e a formação docente, apesar de não se constituir única responsável pelo processo de inclusão de pessoas com deficiência, o que se configuraria em uma visão reducionista, é um ponto de extrema importância a ser abordado, já que são os professores aqueles que, em suas práticas, se defrontam com as diferentes formas de aprender e com as dificuldades advindas, muitas vezes, do despreparo para lidar com a heterogeneidade.

Pensar a formação docente para a escola inclusiva é pensar a formação docente como um todo e, nesta perspectiva, essa formação ainda não é capaz de garantir o atendimento às necessidades dos alunos, tenham eles necessidades educacionais especiais ou não.⁵⁰

Sendo assim, a quarta frente de trabalho diz respeito à atuação do professor e sua preparação para uma educação inclusiva. Muitas vezes os professores têm uma visão de uma educação funcional, onde os professores são tidos como os únicos portadores de um conhecimento absoluto, com a chegada da inclusão, os mesmos rejeitam a novidade por entender que essa poderá modificar sua autonomia, ou mais necessariamente, vai contra o

⁴⁹ *Idem e ibidem.* p. 75

⁵⁰ ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. **Experiências educacionais inclusivas:** refletindo sobre o cotidiano escolar. p.161. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>. Acessado em 30 de maio de 2009.

que já está pré-estabelecido, abalando assim a identidade profissional, prejudicando assim a experiência, os conhecimentos obtidos anteriormente.

Mantoan nos fala de uma nova concepção de professor pautado na educação inclusiva onde,

O professor que ensina a turma toda não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. Ele não é um professor palestrante, identificado com a lógica de distribuição do ensino e que pratica a pedagogia unidirecional do “A para B e do A sobre B”, como afirmou Paulo Freire, nos idos de 1978, mas aquele que partilha “com” seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula. O ensino expositivo foi banido da sua sala de aula, onde todos interagem e constroem ativamente conceitos, valores, atitudes. Esse professor explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que cada um deles consegue apreender do que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração.⁵¹

A meu ver essa possibilidade de conceber uma educação onde há um diálogo e uma participação direta dos alunos para construir o conhecimento, faz com que se diminua a distancia entre professores e alunos, fazendo com que os mesmos percebam as dificuldades de cada aluno, afim de que acabe com a exclusão, podendo assim construir um conhecimento mais adequado, reafirmando assim a necessidade de entender que diferentes alunos têm diferentes formas de conceber os conhecimentos, e são essas diferenças que contribui para uma construção de conhecimentos. Assim fica-se extinta a necessidade de uma sala de aula homogênea, o que importa enfim é a singularidade das diferentes vozes que ecoam na sala de aula, capazes de fazer pessoas tão diferentes se comunicarem e interagirem com o meio em que vivem.

É possível perceber que as resistências dos professores com o paradigma da inclusão muitas vezes é devido à falta de preparo para trabalhar com os indivíduos com necessidades educativas especiais. Para mim é um certo comodismo dos professores em não buscar novas alternativas para a melhoria do ensino, Mantoan nos apresenta sua colaboração a esse respeito de acordo a sua própria experiência sobre esse despreparo,

⁵¹ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Op. cit.* p. 77

Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo.⁵²

Pensando dessa forma, tem-se uma perspectiva errônea de uma escola e ensino inclusivo, havendo assim um retardamento para a efetivação de uma educação inclusiva. Algumas posturas foram enumeradas a fim de compreender a postura dos professores frente à formação em serviço dos mesmos, dentre elas os professores esperam que os formadores os ensinem trabalhar com turmas heterogêneas na prática; acreditam que o conhecimento que lhes faltam refere-se à conceituação, à etiologia, aos prognósticos das deficiências e dificuldades de aprendizagem, onde conseguindo sanar essas dificuldades conseguem “aceitar” os alunos com deficiências e dificuldades de aprendizagem; os professores querem aprender o mais rápido possível lidar com as diferenças, porém pautados a partir de regras gerais⁵³, causando assim uma má qualidade do ensino inclusivo.

Para uma educação inclusiva de qualidade é preciso investir na formação de professores, mas não se pode descuidar de como essa formação se desenvolve, devendo estar atento de como os professores aprendem para melhorar e profissionalizar os conhecimentos pedagógicos, e como reagem às novidades educacionais. A formação desses professores não pode ser considerada uma especialização, pois na perspectiva inclusiva, há uma resignificação do papel do professor, o mesmo é considerado uma referência para o aluno dessa forma é de total importância o seu papel, para a construção dos conhecimentos e formação de valores dos alunos, ou seja, o professor é mais do que um transmissor de conhecimento ele é uma das peças chaves para formação do cidadão. Há também uma resignificação da escola e das práticas pedagógicas para que extermine o contexto excludente do ensino, ou seja, tem-se a necessidade de uma nova forma de ensinar, por isso a necessidade de resignificação do professor, do ensino e da escola, para que possam atender com qualidade os critérios do novo projeto educacional.

⁵² *Idem e ibidem.* p. 79

⁵³ *Idem e ibidem..* p. 80

Como eu já havia dito anteriormente com relação aos alunos, os professores também não são “caixas vazias” isentos de conhecimentos, e valores, ao contrário possuem experiências e práticas pedagógicas. E para garantia de melhoria da educação é necessário que haja um diálogo entre os membros da escola (professores, diretores e coordenadores), para discussão dos problemas que por ventura perturbem o andamento da escola.

A intenção é que os professores sejam capazes de explicar o que antes só sabiam reproduzir a partir do que aprendiam em cursos, oficinas, palestras, exclusivamente. A proposta incentiva os professores a interagirem regularmente com seus colegas, a estudarem juntos e a que estejam abertos a colaborar, com seus pares, na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão.⁵⁴

Ao falar de formação dos professores, é necessário falar também de quem faz parte da equipe responsável pelos grupos de formação: *professores, coordenadores sediados nas redes de ensino e por parceiros de Secretarias afins: Saúde, Esportes, Culturas e outras.*⁵⁵ Foram criados também centros de gestão da proposta educacional da rede e de apoio e atualização dos professores, esses grupos são responsáveis por promover eventos - como por exemplo, *workshops*, entrevistas com especialistas para aprimorar a formação em serviço. Esses centros reúnem alguns profissionais,

(...) são supervisores de ensino e coordenadores pedagógicos externos às escolas, que dão sustentação aos professores e às equipes das unidades escolares, para que possam alcançar seus objetivos, ultrapassando as barreiras que os impedem de realizar o que definiriam em seus projetos de trabalho.⁵⁶

Porém a formação dos professores transcende ao espaço delineado pelos cursos de capacitação e entra no cotidiano dos professores, pois é no dia-a-dia das salas com toda a realidade efêmera da arte de ensinar, é que o profissional do ensino pode elaborar e reelaborar práticas pedagógicas para as especificidades de cada sala de aula. Por isso,

⁵⁴ *Idem e ibidem.* p. 84

⁵⁵ *Idem e ibidem.* p. 85

⁵⁶ *Idem e ibidem* p. 86

segundo o texto *Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas*

O conceito de formação é tomado aqui, não só como uma atividade de aprendizagem situada em tempos e espaços limitados e precisos, mas também como ação vital de construção de si próprio (Nóvoa, 1995). Envolver o paradigma de inclusão no processo cotidiano de formação significa encontros com as relações de pluralidade⁵⁷

Deste modo percebemos que para uma real mudança no espaço escolar temos que passar por uma mudança inerente a própria dinâmica dos educadores, afinal é no binômio professor / aluno e nas relações intrínseca que se tecem as reais mudanças nos conceitos de ensino. Contudo, para que os professores consigam lidar com essas realidades é fundamental que intercalem as práticas e as teorias de ensino, a partir disso Piaget considera que,

(...) a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. Ora esse assunto apresenta dois aspectos. Em primeiro lugar, existe o problema social da valorização ou da revalorização do corpo docente primário e secundário, a cujos serviços não é atribuído o devido valor pela opinião pública, donde o desinteresse e a penúria que se apoderaram dessas profissões e que constituem um dos maiores perigos para o progresso, e mesmo para a sobrevivência de nossas civilizações doentes. A seguir, existe a formação intelectual e moral do corpo docente, problema muito difícil, pois quanto melhores são os métodos preconizados para o ensino mais penoso se tornam o ofício do professor, que a pressupõe não só o nível de uma elite do ponto de vista dos conhecimentos do aluno e das matérias como também uma verdadeira vocação para o exercício da profissão. Para esses dois problemas existe uma única e idêntica solução racional: uma formação universitária

⁵⁷ GLAT, Rosana; SANTOS, Monica Pereira dos; SOUZA, Luciane Porto Frazão de; XAVIER, Kátia Regina. **Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/endipe3.pdf. Acessado em: 29 de outubro de 2008.

completa para os mestres de todos os níveis (pois quanto mais jovens são os alunos, maiores dificuldades assumem o ensino, se levado a sério).⁵⁸

Em suma, para o desenvolvimento de uma educação inclusiva é necessário que se invista em capacitação para os professores, e que os mesmos tenham desprendimento e vontade, mesmo com todas as dificuldades do ensino, em querer trabalhar diante do diferente, e mais do que lidar com a diferença, é necessário e de caráter urgente que acabe com as exclusões, preconceitos com os alunos com necessidades educativas especiais dentro e fora das escolas.

⁵⁸ PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, p. 62

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A meu ver os conceitos de integração e inclusão são bem parecidos, mas me incomoda pensar na aplicabilidade da integração dentro das escolas. A integração pode até ser considerada uma das primeiras tentativas de não excluir e segregar os alunos com necessidades educativas especiais. Mas para mim o ato de integrar o indivíduo me parece inserir o aluno dentro de um contexto no qual irá segregá-lo através de atendimentos especializados ou até mesmo de salas especiais, fazendo assim o isolamento desses alunos frente aos demais, causando assim um distanciamento social. Como já foi visto a integração propõe a normalização, e mais necessariamente a homogeneização da sala de aula, onde se mascara as diferenças em prol de uma “inclusão”, coloco o termo entre aspas, pois me refiro ao mesmo como sendo apenas uma teoria imposta nos projetos do paradigma atual da educação.

Por outro lado, a inclusão na minha concepção e com base no estudado ela é bastante plausível, e digo mais, ela é necessária para que se elimine de vez qualquer forma de exclusão, segregação e discriminação tanto dentro do ambiente escolar como na sociedade em que vivemos. Porém para que se alcance a inclusão almejada é necessário uma mudança na concepção no conceito de educação capitalista, pois nesta o conhecimento é nada mais que uma mercadoria utilizada principalmente para adaptar os indivíduos para os interesses do mercado. Numa sociedade capitalista o parâmetro que define as pessoas é a sua produtividade, deste modo aqueles que possuem qualquer tipo de limitação são marginalizados socialmente. Isso não quer dizer que os mesmos não tenham capacidade de produzir, no entanto, essa produtividade nem sempre se encaixa nos padrões mercadológicos, pois eles se desenvolvem no âmago da diferença.

Para mim, para uma realização de um processo educacional o professor é um dos elementos mais importantes do mesmo. Compreendo que os mesmos encontrem dificuldades em lidar com as mudanças, diferenças e diversidades encontradas, mas acredito que cabe a eles, e aos futuros professores buscar alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento, que lhes dê as bases e o rumo para realizar as mudanças que já se fazem necessárias. O fato de não estarem preparados não pode ser encarado com um problema, e sim um desafio a ser superado.

Os professores, no geral, precisam de uma boa formação para ensinar tanto os alunos tidos como “normais”, quanto os com necessidades educativas especiais, mas não podemos desconsiderar que a dinâmica pedagógica se aprende na prática, assumindo os desafios. A inclusão rompe com a base da estrutura organizacional da educação, por isso, o mais apto para proceder com essas mudanças é a comunidade escolar, pois está ligada diretamente aos problemas que desafia o prosseguimento do novo paradigma escolar.

Acredito que a escola tradicional não se torna uma escola inclusiva só porque recebeu um ou alguns alunos, anteriormente marginalizados, nas classes comuns. Não se trata simplesmente de receber e sim de acolher de forma total, afim de que se diminua a discriminação, preconceito e segregação dos mesmos.

Na concepção inclusiva o professor tem que estar comprometido, estar interessado com o que o aluno deseja aprender, interessado em conhecê-lo, ouvi-lo, respeitando o potencial de cada um, acreditar que todos conseguem desenvolver suas habilidades, as quais são diferentes para cada pessoa, acreditar nos seus alunos e em sua capacidade de aprender, estar consciente que os alunos precisam diferentes suportes, dependendo das suas particularidades, repensar os sistemas de avaliação, optando, de preferência, por uma avaliação formativa e estimular a participação dos pais e dos outros professores, e trabalhar com um currículo flexível.

Paradoxalmente ao papel engajado que o professor assume no discurso inclusivo não posso deixar de sinalizar a real situação dos mesmos. No cenário da educação pública brasileira os professores se deparam com salas superlotadas, salários predominantemente baixos, o que impulsiona a assumirem mais de um turno de carga horária escolar, sem mencionar nas dificuldades materiais ao que tange a infra-estrutura do espaço físico do ensino. Sendo assim, pensar no professor na ótica das teorias inclusivas e toda responsabilidade implícita neste discurso a este profissional, implica primeiramente na valorização deste setor com salários dignos e suficientes para que possam manter apenas um turno e se dedicar com eficiência aos seus alunos.

Portanto na concepção inclusiva está intrínseca a diferença dentro dos diversos seguimentos sociais. Tal perspectiva se atem a incentivar a participação de todos, diminuindo as segregações. Partindo da noção de que a educação é o caminho para o

desenvolvimento da sociedade, logo, se queremos construir uma sociedade inclusiva, que respeite as diferenças é preciso então, um ensino inclusivo que eduque os indivíduos nos moldes do respeito ao outro. Deste modo o pressuposto de uma educação inclusiva é desconstruir o ideário de uma sociedade homogênea, reconhecendo o indivíduo nas suas especificidades, seguindo assim na contramão da idéia de igualdade utópica, e percebendo a igualdade no âmbito dos direitos civis, pois *“Temos direito de ser iguais quando a diferença não inferioriza e direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”*.⁵⁹

⁵⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Apud*: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Op. cit.* p.

BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição de 1988**. Brasília, 1988

FERREIRA, Windyz.B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos??? *In: Inclusão: Revista da Educação Especial*. V.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005

FERREIRO, Emília. & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas/SP: Papirus: 2003

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MRECH, L. M. **O que é Educação Inclusiva?** Revista Integração do MEC, Brasília, v. 20, 1998.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

SASSAKI, Romeu Kazumi. A educação inclusiva no Estado de Goiás: relato de uma experiência. *In. Revista Série Coordinators' Notebook*. Vol. 1: A infância em debate perspectivas contemporâneas. UNESCO, 2003.

SILVA. Tomaz Tadeu (org). **O sujeito da educação**. Estudos foucaultianos. 5ª Ed Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Sites:

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. **Experiências educacionais inclusivas**: refletindo sobre o cotidiano escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>. Acessado em 30 de maio de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Orientações gerais e marcos legais. MEC/SEESP, 2004

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores**: generalistas ou especialistas? Disponível em: http://www.salesianolins.br/areaacademica/materiais/posgraduacao/Educacao_Especial_Inclusiva/Fundamentos_da_Educacao_Especial/Texto%20Jos%E9%20%20Geraldo%20Bueno.rtf. Acessado em: 27 de outubro de 2008

Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/o.Convencao.Personas.Portadoras.de.Deficiencia.htm>. Acessado: 29 de outubro de 2009.

Declaração de Salamanca. Disponível: <http://www.dgidec.min-edu.pt/inovbasic/proj/inclusivas/declaracao-salamanca.doc>. Acessado: 29 de novembro de 2008.

Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia 1990. Disponível em: http://www.geledes.org.br/attachments/545_declaracaojomtien_tailandia.pdf. Acessado em: 29 de novembro de 2008.

GLAT, Rosana; SANTOS, Monica Pereira dos; SOUZA, Luciane Porto Frazão de; XAVIER, Kátia Regina. **Formação de professores na educação inclusiva:** diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/endipe3.pdf. Acessado em: 29 de outubro de 2008.

LOURO. Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade:** refletindo sobre o “normal” o “diferente” e o “excêntrico”. In: Labrys estudos feministas. N. 1-2, jul/dez/2002. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/guacira1.html. Acessado em: 02 de maio de 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Integração x Inclusão:** Escola (de qualidade) para Todos. Disponível em: <http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html#intgr>. Acessado em 07 de janeiro de 2009.

MENDES, Aracy S; SILVA, Silvana C.A. **Integração e Inclusão:** Do que estamos falando? Unama:2001 Belém-PA. Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/INTEGRACAO_INCLUSAO.pdf . Acessado em: 02 de abril de 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de e SANTOS, Thais Helena dos. "Declaração de Jomtien" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=111>. Acessado: 22 de novembro de 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. **O Estado Brasileiro e a política educacional dos anos 90.** Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0508T.PDF> Acessado em: 19 de outubro de 2008

PINTO, Jose Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação no Brasil:** um balanço do governo FHC (1995-2002). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12927.pdf>. Acessado em 19 de outubro de 2008.

SILVA, Antônio Ozaí da. **Pedagogia Libertária.** In. Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítica. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/042/42pc_critica.htm. Acessado: 29 de maio de 2009.